

## ANEXO 03

### DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

O aluno<sup>1</sup> **deverá apresentar os documentos abaixo relacionados; de todos os membros do grupo familiar incluindo-se;** sendo na forma de cópia simples (xérox) e apenas nos casos especificados (Modelos) o documento deve ser original, sendo com assinatura igual do RG. As cópias devem ser feitas em papel A4, utilizando apenas um lado. A única cópia aceita frente e verso é a do comprovante de Ensino Médio. Usar folhas diferentes para cada pessoa e tipo de documento. **As cópias devem ser legíveis e não havendo nitidez das informações o processo será cancelado.**

**Organização dos documentos:** organize os documentos separados por pessoa do grupo familiar.

**Documentação incompleta NÃO será recebida e NÃO serão recebidos documentos via e-mail ou correio ou mesmo fora do prazo.**

**Para qualquer documento extraviado, apresentar cópia do Boletim de Ocorrência (BO).**

*“Entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio.”*

Durante a avaliação da documentação do aluno, a Comissão Interna de Bolsa Social – CIBS e/ou a Assistente Social, poderá solicitar quaisquer outros comprovantes/documentos que considerar necessário, para o entendimento e/ou compreensão do perfil socioeconômico do Aluno e de seu Grupo Familiar, como também, realizar visita domiciliar.

DOCUMENTOS DO GRUPO FAMILIAR INCLUINDO O ALUNO	
Ficha socioeconômica.	Devidamente preenchida, datada e assinada pelo educando/responsável – financeiro.
Documento de identificação de todos os integrantes do grupo familiar (maiores e menores de 18 anos).	<b>RG e CPF para todos os integrantes a partir de 12 anos de idade</b> e/ou a carteira de motorista e/ou CTPS de todos os maiores de 18 anos. No caso de menor de 12 anos que não possuir RG apresentar a Certidão de Nascimento. Caso não tenha o número do CPF impresso em outro documento que comprove ou mesmo o cartão, fazer a impressão no site da Receita Federal.
Comprovantes da situação civil quando um dos genitores (pais) não faz parte do grupo familiar.	→ Viúvo: Certidão de Óbito do cônjuge. → Separado: Comprovante da separação judicial (averbação) ou, caso esteja em andamento, o processo. → Não conviventes sem a separação formal (averbação) – declaração de não convivência feita a próprio punho assinada com assinatura igual ao RG
Responsáveis Separados com guarda compartilhada:	→ Apresentar documentação exigida de ambos grupos familiares.
Termo de Guarda/Tutela ou Documento do Conselho Tutelar.	Referente aos menores que estão inseridos no grupo familiar e que estão sob os cuidados daqueles que não são seus pais biológicos e/ou abrigados em casas lares. Caso haja irmãos na Casa Lar enviar também documentos de identificação.
Responsável legal do aluno em sistema Carcerário.	→ Cópia da carteira de Visitante onde conste o nome do visitado ou documento expedido pela Administração Penitenciária informando a situação, datado, carimbado e assinado pela adm. do presídio.
Comprovante de Residência referente ao ano que está	→ Imóvel próprio: Comprovante de residência atualizado (conta de luz ou

<sup>1</sup> **ENTENDE-SE ALUNO:** No caso de alunos menor de idade o Responsável Legal/Tutor.

<p>solicitando a bolsa (<b>Conforme situação</b>), indicando o CEP.</p>	<p>telefone e IPTU, ou poderá apresentar boleto de mensalidade escolar ou financiamento habitacional ou Declaração da Associação de Moradores do Bairro em papel timbrado, datada e assinada.</p> <p>→ Imóvel <b>alugado: Contrato de locação em vigor</b> juntamente com comprovante de conta de luz ou telefone, ou qualquer outro comprovante no nome do responsável pelo educando ou locador (proprietário do imóvel).</p> <p>→ Imóvel <b>alugado sem contrato de locação</b>: Declaração original do proprietário do imóvel – <b>Modelo 1</b> e comprovante de conta de luz ou telefone fixo em nome do proprietário do imóvel, se apartamento também o comprovante do condomínio.</p> <p>→ <b>Imóvel cedido</b>, declaração <b>Modelo 2</b> com assinatura igual ao RG com testemunha do cedente do imóvel e comprovante de conta de luz ou telefone em nome do proprietário do imóvel e outro em nome do responsável do educando.</p> <p>→ No caso da <b>composição familiar abranger</b> além dos responsáveis legais do aluno, <b>também, o (a) avô (ó), e/ou tio (a), e/ou primo (a), e/ou enteado (a) apresentar</b> comprovante de residência de cada membro do grupo familiar. Podendo ser: boleto de mensalidade escolar, Cartão de Crédito, Correspondência do INSS/FGTS, Telefone fixo, Energia Elétrica, Água.</p> <p>→ Demais situações: declaração de moradia expedida por Órgão Público ou por Associação de Moradores com o respectivo endereço completo e carimbo de CNPJ.</p>
<p>Aluno Portador de Deficiência.</p>	<p>Laudo Médico com o CID – atual e original.</p>
<p>Estudantes. Todos da composição familiar.</p>	<p>Comprovante de matrícula em rede pública ou privada, e quando for o caso Declaração original da escola confirmando a conclusão com bolsa de estudos, incluindo o percentual da bolsa e/ou eventuais benefícios como BOLSA PROUNI ou Financiamentos (FIES/OUTROS).</p>
<p><b>DOS DOCUMENTOS DE RENDA DO GRUPO FAMILIAR</b></p>	
<p>IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA Obrigatório para todos os membros do grupo familiar que declararem.</p>	<p>→ Declaração IRPF completa acompanhada do Recibo de Entrega. → Se <b>isento de declaração</b> apresentar a cópia da situação por meio da consulta eletrônica, campo RESTITUIÇÃO DO IR no site da <b>Receita Federal</b>: <b>&lt;<a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp">http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp</a>&gt;</b></p>
<p>IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA Obrigatório para todos os membros do grupo familiar que declararem.</p>	<p>Declaração ECF (Escrituração Contábil Fiscal) completa acompanhada do recebido de entrega à Receita Federal, e caso a empresa não tenha movimentação, apresentar Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica (DSPJ) – Inativa. Expedida pela receita Federal e/ou Estadual ou Declaração Expedida e Assinada por Contador inscrito no CRC constando o nº do CRC do Contador, CPF, data e assinado.</p>
<p><b>CARTEIRA DE TRABALHO – CTPS original</b> Obrigatório para <b>todos os membros do grupo familiar maiores de 18 anos e para os menores de 18 anos quando aprendiz.</b></p>	<p>→ Folha de rosto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, últimas anotações gerais e página seguinte em branco.</p> <p>→ Caso não possuir CTPS, deverá providenciar a confecção ou o CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, emitido pelo Ministério do Trabalho.</p> <p><b>ATENÇÃO:</b> Carteira de trabalho perdida (mesmo com Boletim de Ocorrência), para maiores de 16 anos que não tenham a carteira profissional, renda informal, autônomos, é obrigatório a APRESENTAÇÃO DO EXTRATO DE VÍNCULOS E CONTRIBUIÇÕES (CNIS), que poderá ser obtido em agências do INSS. <a href="https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribicoes-a-previdencia/">https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribicoes-a-previdencia/</a></p>

Assalariados.	Contracheques/holerites dos 03 (três) últimos meses ou no caso de recebimento de comissão/hora extra os 06 (seis) últimos contracheques. Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.
Desempregado Recebendo Seguro Desemprego.	Último extrato da parcela de seguro-desemprego, fornecido pela Caixa Econômica Federal. Rescisão contratual e comprovante do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.
Desempregados ou trabalhadora do lar sem ter nenhum tipo de renda.	Declaração com assinatura igual ao RG com testemunha, informando não possuir renda. Declaração original – <b>Modelo 3</b> . Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.
Professor Eventual.	Declaração original em papel timbrado da escola/colégio, assinado pelo (a) diretor (a), constando atividade exercida, início do exercício e a média mensal dos seis últimos rendimentos brutos. Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.
Funcionário Público.	Comprovante de renda dos 03 (três) últimos ou no caso de comissão/hora extra os 06 (seis) últimos contracheques. Página do Diário Oficial de exoneração de cargo público conforme Lei nº 8.112/90, quando for o caso. Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.
Proprietário Individual ou Sócio Proprietário de Empresa: LTDA, M.E., S/A, E.P.P.	Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos e Lucros – DECORE original. Expedida e Assinada por Contador inscrito no CRC contendo as informações do <b>Pró-Labore Anual</b> , lucros distribuídos e o contrato social evidenciando a participação dos Resultados da Empresa. <b>Obs.: O Pró-labore não serve como comprovante de rendimentos da empresa.</b> Contrato Social (primeira e a última alteração) e Demonstração do Resultado do Exercício – Ano Base 2017. <b>Sócios: Apresentar, também, o extrato de vínculos e contribuições (CNIS) que poderá ser obtido nas agências do INSS ou <a href="https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribicoes-a-previdencia/">https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribicoes-a-previdencia/</a></b> No caso de <b>M.E. (Microempresário)</b> , poderão apresentar: <b>Declaração do Contador (original e assinada) inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilistas, com CRC ativo, endereçado (a) ao Colégio/Escola; Requerimento de Empresário e Demonstração do Resultado do Exercício – Ano Base 2017.</b> <b>Obs.: O Pró-labore não serve como comprovante de rendimentos da empresa.</b>  Caso a empresa não tenha movimentação, apresentar também o comprovante de inatividade expedido pela Receita Federal e/ou Estadual. Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.
Microempreendedor Individual – MEI.	Certificado de condição de Microempreendedor Individual. Declaração Anual do Simples, Guias de recolhimento ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) dos seis últimos meses, compatíveis com a renda declarada; extrato bancário dos três últimos meses. Relatório mensal da renda bruta (disponível no portal do Microempreendedor Individual). <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br/">http://www.portaldoempreendedor.gov.br/</a> (campo: Declaração Anual de Faturamento)  Caso seja optante pelo SIMEI apresentar folha da consulta obtida por meio do site da Receita Federal: <a href="http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=22">http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=22</a> Cópia da (CTPS) Carteira de trabalho. <b>Obs.: O Pró-labore não serve como comprovante de rendimentos da empresa.</b>
Profissional Liberal.	Quaisquer declarações tributárias referentes às pessoas jurídicas vinculadas;

<p>Entende-se: trabalhadores que prestam serviços a empresas, sendo que não são registrados, porém são profissionais especializados. Ex.: médicos, dentistas, advogados, auditores, contadores, psicólogos, etc.</p>	<p>Guias de recolhimento ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) dos seis últimos meses, compatíveis com a renda declarada;          Declaração Original - Profissional Liberal/Autônomo - <b>Modelo 4</b>.          Extrato bancário com informações dos últimos 90 (noventa) dias. Pode ser dos caixas eletrônicos ou da internet.          Extrato de vínculos e contribuições (CNIS) que poderá ser obtido nas agências do INSS ou <a href="https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribuicoes-a-previdencia/">https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribuicoes-a-previdencia/</a>          Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.</p>
<p>Taxistas/Motoristas de outras modalidades (ex: UBER).</p>	<p>Declaração emitida pelo órgão de Regulamentação no Município para fins de comprovação de renda mensal do interessado, referente aos três últimos meses (Declaração Original) e Extratos Bancários dos últimos 06 (seis) meses.          No caso de UBER, apresentar a Declaração emitida via aplicativo no qual está vinculado, demonstrando a remuneração dos três últimos meses (Declaração Original).          → Declaração IRPF completa acompanhada do Recibo de Entrega.          → Se isento de declaração, apresentar a cópia da situação por meio da consulta eletrônica, campo RESTITUIÇÃO DO IR no site da Receita Federal:  <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp">http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp</a></p>
<p>Trabalhador terceirizado.</p>	<p>Entende-se por trabalhador terceirado: aqueles que exercem atividades temporárias por períodos inferiores a três/seis meses, como serviços de limpeza, portaria, vigilância, telecomunicações, etc.          Apresentar: Recibos dos 03 (três) últimos meses ou no caso de período de trabalho superior a 3 meses os 06 (seis) últimos recibos.          Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.          Extrato de vínculos e contribuições (CNIS) que poderá ser obtido nas agências do INSS ou <a href="https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribuicoes-a-previdencia/">https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/extrato-de-vinculos-e-contribuicoes-a-previdencia/</a></p>
<p>Trabalhador Informal ou Eventual.</p>	<p><b>Entende-se:</b> pessoas que prestam serviços, sem nenhum vínculo. Não tem carteira profissional registrada, não respondem a nenhum órgão de classe (Conselho), e geralmente possuem muita dificuldade de comprovação de renda. Ex.: Diaristas, Manicures, Carregadores, etc.          Apresentar:          Declaração original com testemunha – <b>Modelo 5</b>.          Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.</p>
<p>Estagiário/Menor Aprendiz.</p>	<p>Contrato e/ou termo de compromisso de estágio em vigência indicando o valor recebido e os 03 últimos comprovantes de pagamento.          Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.</p>
<p>Aposentado ou Pensionista ou Beneficiário de Auxílio Doença do INSS.</p>	<p>Extrato de pagamento constando valor bruto do benefício. Obtido no endereço eletrônico (Campo - Emitir extrato)  <a href="http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/extrato-de-pagamento-de-beneficio/">http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/extrato-de-pagamento-de-beneficio/</a>          Ou comparecer na agência do INSS, portando Identidade e CPF originais, e solicitar comprovante atestando a EXISTÊNCIA OU NÃO de benefícios. Mesmo que não haja benefício, o documento é obrigatório.          Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.</p>
<p>Trabalhador cooperado.</p>	<p>Entende-se por Trabalhador Cooperado: Profissionais associados a uma Cooperativa de Trabalho e prestam serviços a terceiros por seu intermédio (operários, artífices, ou pessoas da mesma profissão ou ofício ou de vários ofícios de uma mesma classe).</p>

	<p>Apresentar:</p> <p>Contrato de cooperação ou declaração original em papel timbrado da cooperativa, assinada pelo responsável legal, constando atividade desenvolvida e média de rendimento bruto dos últimos 03 (três) meses, com carimbo do CNPJ da cooperativa.</p> <p>Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho.</p>
Trabalhador Rural e/ou Agricultor.	<p>Declaração original de renda emitida por sindicato rural, informando: identificação do proprietário (Nome, RG, CPF e endereço), identificação da propriedade (área e endereço completo), como utiliza a terra (o que produz); Rendimentos Mensais (dos últimos 12 meses);</p> <p>Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas; Notas fiscais de vendas dos últimos seis meses e cópia do Bloco de Produtor Rural contendo o faturamento do exercício base;</p> <p>Imposto de Renda Pessoa Jurídica completo acompanhado do recibo de entrega.</p> <p>Cópia da (CTPS) Carteira de Trabalho;</p> <p>Página da cota única ou do parcelamento do IPTU. Se rural, último ITR (Imposto Territorial Rural).</p>
Pagamento ou Recebimento de pensão alimentícia.	<p>Comprovante da decisão judicial, acordo homologado judicialmente, os três últimos comprovantes pagos atuais.</p> <p>Nos casos que, o acordo é verbal, apresentar declaração - <b>Modelo 6</b> com as devidas assinaturas igual RG, e comprovante de endereço dos respectivos genitores.</p> <p>Quem não recebe pensão alimentícia e não exerce atividade remunerada, deve apresentar Declaração - <b>Modelo 7</b>.</p>
Recebendo Rendimentos de aluguel ou arrendamento de bens móveis ou imóveis:	Contrato e os últimos 3 (três) <b>comprovantes</b> de recebimentos.
Recebendo Auxílio de Familiares e/ou Terceiros.	Declaração original com testemunha – <b>Modelo 8</b> .
Demonstrações de Patrimônio Familiar.	<p>Certificado(s) de Registro e Licenciamento de Veículo(s) que esteja(m) em nome de membro(s) do grupo familiar. Caso o veículo seja financiado, apresentar o boleto dos três últimos meses ou o contrato de compra. Apresentar ainda, Certidão negativa ou positiva do Registro de Veículos – DETRAN – Pessoa Física, maiores de 18 anos, membros do grupo familiar e da Pessoa Jurídica.</p> <p>Imóvel – IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), dos três últimos meses.</p>
Inscritos no CadÚnico e recebendo benefício de transferência de Renda do Governo: como Bolsa Família, BCP, Renda Mínima e outros.	<p>Cópia do documento de inscrição no CadÚnico ou Declaração do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que é usuário inscrito.</p> <p>Três (03) últimos comprovantes de recebimento. Acessar o site: <a href="https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/index.php">https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/index.php</a></p>
No caso de Cancelamento da Bolsa Social.	O membro da CIBS ou Assistente Social deverá preencher o <b>Modelo 9</b> , a presença do responsável pelo aluno o qual deverá assinar o Termo de Cancelamento de Bolsa Social.

#### PROGRAMAS CONTEMPLADOS PELO CADÚNICO

1. Programa Bolsa Família (PBF);
2. Tarifa Social de Energia Elétrica;
3. Brasil Alfabetizado;
4. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);
5. Carteira do Idoso;
6. Cisternas;
7. Pro Jovem Adolescente;
8. Minha Casa Minha Vida e outros Programas Habitacionais (Ministério das Cidades);
9. Isenção de taxa para concursos públicos;

10. **Programa Passe Livre** (Ministério dos Transportes);
11. Telefone Popular (Acesso Individual Classe Especial – Aice);
12. **Aposentadoria** para pessoa de baixa renda;
13. Programa Bolsa Verde;
14. **Programa Mais Educação**;
15. Ação Brasil Carinhoso;
16. Água Para Todos;
17. Programa Bolsa Estiagem (Auxílio Emergencial Financeiro);
18. Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
19. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
20. Carta Social;
21. Identidade Jovem (ID Jovem);
22. ENEM;
23. Benefício de Prestação Continuada (BPC);
24. Programa Nacional de Reforma Agrária;
25. Programa Nacional de Crédito Fundiário;
26. Crédito Instalação, e
27. Serviços Assistenciais.